



**103.3**  
ABC fm  
informação e música  
do jeito que você gosta

### Indicadores econômicos

|                       |        |
|-----------------------|--------|
| INPC (IBGE mensal)    | 0,89%  |
| Acumulado em abril/24 | 0,28%  |
| Acumulado em 2024     | 0,34%  |
| Acumulado em 12 meses |        |
| IGP-M (FGV mensal)    | 0,31%  |
| Acumulado em maio/24  | -0,60% |
| Acumulado em 2024     | -3,04% |
| Acumulado em 12 meses |        |
| IPCA (IBGE mensal)    | 0,38%  |
| Acumulado em abril/24 | 1,80%  |
| Acumulado em 2024     | 3,69%  |
| Acumulado em 12 meses |        |

### Câmbio (R\$)

| Moeda           | Compra     | Venda      |
|-----------------|------------|------------|
| Dólar comercial | R\$ 5,2079 | R\$ 5,2084 |
| Dólar turismo   | R\$ 5,3200 | R\$ 5,4150 |
| Euro turismo    | R\$ 5,7500 | R\$ 5,8470 |

### Valores referência (R\$)

|                          | Maio        | Janeiro  |
|--------------------------|-------------|----------|
| Mínimo nacionala         | 1.320,00    | 1.412,00 |
| Mínimo regional - 1      | 1.443,94    | 1.443,94 |
| Mínimo regional - 2      | 1.477,18    | 1.477,18 |
| Mínimo regional - 3      | 1.510,69    | 1.510,69 |
| Mínimo regional - 4      | 1.570,36    | 1.570,36 |
| Mínimo regional - 5      | 1.829,87    | 1.829,87 |
| UPF-RS (fiscal/anual)    | R\$ 25,9097 |          |
| Taxa Selic anual         | 10,50%      |          |
| TJLP (1º trimestre 2024) | 6,53% a.a.  |          |
| CDI (março)              | 11,15% a.a. |          |

### Imposto de Renda

| IR na Fonte              | Alíquota          | Parcela a |
|--------------------------|-------------------|-----------|
| Base de cálculo (R\$)    | (%) deduzir (R\$) |           |
| Até 2.259,20             | isento            | 0,00      |
| De 2.259,21 até 2.826,65 | 7,50              | 158,40    |
| De 2.826,66 até 3.751,05 | 15,00             | 370,40    |
| De 3.751,06 até 4.664,68 | 22,50             | 651,73    |
| Acima de 4.664,68        | 27,50             | 884,96    |

**Deduções:** O valor para dedução com dependentes é de R\$ 2.275,08 (R\$ 189,59 por dependente por mês). R\$ 1.903,98 por aposentadoria após 65 anos. Também há dedução para pensão alimentícia.

### Poupança (%)

| Data  | Velha  | Nova   |
|-------|--------|--------|
| 01/06 | 0,5874 | 0,5874 |
| 02/06 | 0,5874 | 0,5874 |
| 03/06 | 0,5524 | 0,5524 |
| 04/06 | 0,5489 | 0,5489 |
| 05/06 | 0,5848 | 0,5848 |

## Economia

Juliana Nunes / empresasnh@gruposinos.com.br  
Adriana Tauchert / adriana.tauchert@gruposinos.com.br

# Taxa nas importações até US\$ 50 repercute entre os calçadistas

### Entidades analisam positivamente medida, mas esperam melhores condições para competir

Juliana Nunes

juliana.nunes@gruposinos.com.br

A polêmica da taxação ganhou um novo capítulo nesta semana. A Câmara dos Deputados aprovou na última terça-feira (28) um projeto de lei que acaba com a isenção para compras internacionais de até US\$ 50. A medida de isenção estava em vigor desde 1º de agosto do ano passado.

Após um acordo entre Congresso e o governo federal, o imposto a ser aplicado nas vendas realizadas em plataformas digitais, como Shein e Shopee, será de 20%. O projeto segue para o Senado, onde deve ser votado na próxima semana. Um dos setores mais engajados no retorno da taxação é o calçadista. Para a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (Abicalçados), a cobrança resolve “parte do problema” que afeta os negócios brasileiros.

O presidente-executivo da Abicalçados, Haroldo Ferreira, avalia que a alíquota de 20% é fruto de acordo entre o Congresso Nacional e o Executivo e é um “meio termo” entre o solicitado pela indústria nacional e a isenção total estabelecida pelo governo federal.

“Alertamos, desde o princípio, que a alíquota zero para as plataformas internacionais de e-commerce estava exportando empregos brasileiros, principalmente para a Ásia, origem de grande parte das remessas enviadas ao Brasil. Não tem cabimento a indústria nacional pagar impostos em cascata e concorrer com importações que entram sem tributação federal”, ressalta o dirigente da Abicalçados.



DIVULGAÇÃO/SHOPEE

Uma das plataformas é a Shopee, que tem CD em Gravataí

## + Longe do ideal

Segundo a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Novo Hamburgo, Campo Bom, Estância Velha e Dois Irmãos (ACI-NH/CB/ EV/DI), a situação está longe do ideal. A entidade lembra que os impostos para compras acima do limite de US\$ 50 são da ordem de 60%, mas vê a solução como um alento ao comércio nacional que não possui igualdade de condições com os grandes players internacionais.

“A ACI, que desde o início das discussões

defendeu a taxação, como forma de preservação e perpetuidade dos negócios, saúda a decisão da Câmara e espera que outras medidas sejam tomadas para restabelecer a igualdade de tratamento entre empresas nacionais e estrangeiras. Defendemos, além de um tratamento igualitário, que a carga tributária e trabalhista seja reduzida em prol da competitividade no cenário global”, ressalta Leandro Cezimbra, diretor da entidade.

## Entidade aponta problema dos “impostos em cascata”

A superintendente da Associação Brasileira de Empresas de Componentes para Couro, Calçados e Artefatos (Assintecal), Silvana Dilly, destaca que o segmento é afetado de forma indireta pela isenção das plataformas estrangeiras.

“O setor calçadista, desde agosto passado, vem sofrendo muito com essa isenção, pois não tem condições mínimas para competir em par de igualdade, já que paga seus impostos em cascata. O fato vem gerando uma queda produtiva que,

consequentemente, atinge os fornecedores e toda a cadeia envolvida, inclusive a ponta do varejo nacional”, avalia.

A entidade também acredita que a medida está aquém do necessário para estabelecer condições ideais de concorrência com os produtos estrangeiros, principalmente asiáticos.



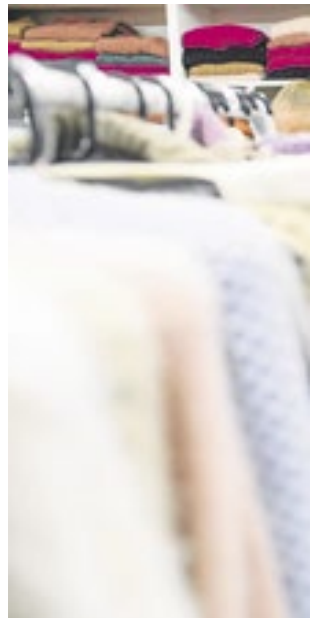
Leia mais sobre o setor calçadista em [abcmails.com/economia](http://abcmails.com/economia)

## Ações e eventos fomentam a economia

**Nova Petrópolis** – Um encontro realizado ontem (29) entre entidades, representantes do poder público e empreendedores locais reforçou a importância da campanha Abraça Nova Petrópolis. Algumas ações foram divulgadas, como o vídeo da campanha, que conta com pontos turísticos, empresas e pessoas do município.

“O vídeo foi feito no sentido de pertencimento, para as pessoas de fora verem que estão ajudando não só comércio, gastronomia, pontos turísticos, mas o todo. As pessoas da cidade dependem disso. Por isso, pensamos em trazer como protagonistas quem vive aqui”, explica Dehner Guth, da Siete Produções.

As ações da campanha “Abraça Nova Petrópolis” também envolvem a manutenção de eventos importantes na comunidade como a Tricofest, que inicia no dia 7 de junho e segue até 14 de



Tricofest abraça Nova Petrópolis

julho, sempre nas sextas, sábados e domingos.

“O evento é captador de turistas que irão apoiar esta retomada. O ápice da nossa região é a temporada de inverno. Postergamos o máximo que podemos pela logística, mas vamos mostrar os seis finais de semana e também a edição em Picada Café. Não ser a temporada que imaginávamos, mas precisamos mostrar os negócios vivos”, avalia o coordenador do evento Márcio

## Câmara da Indústria recebe pleitos de entidades

Isenção do IPTU por 2 anos, reavaliação da base do IPTU dos imóveis atingidos pela enchente, isenção do ISS para empresas e autônomos até janeiro de 2025; isenção temporária de taxas de alvará e de taxas de água estão entre as sugestões de entidades como medidas consideradas urgentes para o setor produtivo de São Leopoldo.

Documento com estas reivindicações, entre outras, foi entregue para o coordenador da Câmara Temática da Indústria e secretário de Desenvolvimento Econômico, Turístico e Tecnológico, Julianio Maciel, nesta quarta-feira.

O documento, assinado pela Associação Comercial, Industrial, de Serviços e Tecnologia de São Leopoldo (Acist-SL), Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Sindicato do Comércio Varejista (Sin-

dilojas) e a Ordem dos Advogados do Brasil Subseção São Leopoldo (OAB/SL) sugere ainda prorrogação do prazo de permanência da Força Nacional para garantir segurança para que as empresas retomem suas atividades; prioridade na recomposição da infraestrutura; criação, pelo governo municipal, de abrigos públicos geridos por servidores públicos e terceirizados, para que as pessoas ainda sem casa afetadas pela enchente possam ter um lugar e alimentação, como também para que os voluntários e das forças envolvidas possam retornar às suas atividades regulares.

Segundo as entidades do município, evitar uma onda de despejos deve estar entre as prioridades, evitando agravar problemas sociais já evidenciados por causa da crise.

## União do setor produtivo

O presidente da Acist-SL, Daniel Klakfe, e o vice-presidente da Indústria, Carlos Reis, entregaram para a Câmara da Indústria o conjunto de reivindicações.

Seu conteúdo será inserido em um único documento que unificará pleitos de outras representações, que será entregue para o prefeito Ary Vanazzi na próxima semana. Klakfe enfatizou a importância da união de todos os representantes do setor produtivo para restabelecer a normalidade econômica da cidade o mais rápido possível. A Câmara é formada por representantes de entidades empresariais, sindicatos de trabalhadores e sociedade civil.